

Ney Fayet Júnior
Amanda Gualtieri Varela

A AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA
Das vantagens ou desvantagens da participação do
ofendido na atividade jurídico-penal

4ª EDIÇÃO
revista, atualizada e ampliada



livraria //
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2017

Conselho Editorial

André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draiton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Moraes
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Ángel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F284a Fayet Júnior, Ney.

A ação (penal) : privada subsidiária da pública : das vantagens ou desvantagens da participação do ofendido na atividade jurídico-penal / Ney Fayet Júnior, Amanda Gualtieri Varela. – 4. ed., rev., atual. e ampl. – Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2017.

227 p. ; 25 cm.

Inclui bibliografia e apêndice.

ISBN 978-85-69538-77-6

1. Ação penal pública - Brasil. 2. Ação penal privada - Brasil. 3. Persecução penal - Brasil. I. Varela, Amanda Gualtieri. II. Título.

CDU 343.12(81)

CDD 345.8105042

Índice para catálogo sistemático:

1. Ação penal : Brasil 343.12(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas	27
Introdução	29
1. O Estado e a punição	35
2. Da necessária contextualização do tema	43
2.1. A formação do Estado Democrático de Direito.....	43
2.2. A importância da Constituição e do Estado.....	50
2.3. O direito de ação.....	54
2.4. Ação penal.....	58
2.4.1. Natureza jurídica da ação penal.....	62
2.4.2. Localização.....	65
2.5. Condições da ação.....	65
2.5.1. Interesse de agir.....	67
2.5.2. Possibilidade jurídica do pedido.....	70
2.5.3. Legitimidade de partes.....	72
2.5.4. Justa causa.....	74
2.6. A vítima e a ação penal.....	76
2.6.1. Aspectos gerais.....	76
2.6.2. Do papel da vítima na história do direito penal.....	78
2.6.3. Das desvantagens de uma mais efetiva participação da vítima na persecução criminal.....	83
2.6.4. Das vantagens do incremento da participação da vítima no processo criminal.....	85
3. Classificação das ações penais	91
3.1. Ação (penal) pública incondicionada.....	94
3.1.1. Princípio da obrigatoriedade.....	97
3.1.2. Princípio da discricionariedade regradada.....	100
3.1.3. Princípio da indisponibilidade.....	102
3.1.4. Princípio da indivisibilidade.....	103
3.1.5. Princípio da oficialidade.....	105
3.1.6. Princípio da oficiosidade.....	105
3.1.7. Princípio da intranscendência.....	106
3.2. Ação (penal) pública condicionada.....	107
3.3. Ação (penal) de iniciativa privada.....	114
3.3.1. Princípio da oportunidade e conveniência.....	116
3.3.2. Princípio da disponibilidade.....	117
3.3.3. Princípio da indivisibilidade.....	118

4. Ação (penal) privada subsidiária da pública	121
4.1. Histórico do instituto no processo penal brasileiro.....	121
4.2. Conceito.....	123
4.3. Cabimento.....	127
4.4. Institutos aplicáveis à espécie.....	134
4.5. Legitimidade.....	137
4.6. Prazo.....	141
4.7. Atuação do Ministério Público na ação (penal) privada subsidiária.....	144
4.8. Controvérsia acerca do cabimento em caso de arquivamento.....	150
4.9. Crimes sem ofendido.....	156
4.10. Da atuação do querelante no (procedimento dos crimes de competência do) júri.....	159
4.10.1. Noções elementares.....	159
4.10.2. Do procedimento e da atuação do querelante.....	161
4.11. Ação (penal) privada subsidiária em face da Lei 9.099/95.....	163
4.11.1. Suspensão condicional do processo e queixa substitutiva.....	164
4.11.2. Transação penal e queixa substitutiva.....	166
4.12. Ação (penal) privada subsidiária no processo penal militar.....	168
4.13. Ação (penal) pública substitutiva da pública.....	170
4.14. Das demais exigências.....	171
4.14.1. Dos poderes especiais da procuração.....	171
4.14.2. Das custas processuais.....	174
4.14.3. Do ofendido pobre.....	174
4.14.4. Do ofendido incapaz.....	176
4.14.5. Da impossibilidade de substituição dos legitimados.....	176
4.14.6. Breves considerações acerca da Proposta de Emenda à Constituição 194/2012.....	176
4.14.7. Do artigo 73 do Código de Processo Penal.....	178
4.15. Ação penal originária.....	179
5. Considerações finais	183
Referências	189
Apêndice – Questões propostas pelos autores	199
Anexo	201
I. Questões de concursos relacionadas à ação penal privada subsidiária da pública.....	201
II. Questões de concurso 2016 sobre ação penal.....	215
III. Questões complementares.....	218
Modelos	221
I. Modelo da peça processual.....	221
II. Modelo da procuração.....	223
Outras obras do autor Ney Fayet Júnior	224
Livros publicados/organizados.....	224
Artigos publicados em periódicos.....	224
Capítulos de livros publicados.....	225
Traduções.....	226